



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MANTEIGAS
NIPC - 501 187 677
Rua Mestre Alfredo e Rua do Infantário
6260 – 106 Manteigas

<*>

ANEXO AO BALANÇO

E À

DEMONSTRAÇÃO

DE

RESULTADOS

2019

- Compilação das Divulgações Exigidas -

NCRF - ESNL

Março de 2020



ÍNDICE

- 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
- 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO
- 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
- 4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS
- 5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- 6 – ACTIVOS INTANGÍVEIS
- 7 – LOCAÇÕES
- 8 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
- 9 – INVENTÁRIOS
- 10 – RÉDITO
- 11 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES
- 12 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS
- 13 – EFEITOS DE ALTERAÇÃO EM TAXAS DE CÂMBIO
- 14 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS
- 16 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
- 17 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
- 18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Nota:

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do Anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas nos diversos capítulos que integram a NCRF - ESNL.

Assim, cabe a esta entidade criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deva efetuar, sendo que as notas de 1 a 4 serão sempre explicitadas e ficam reservadas para os assuntos identificados no presente documento.

1 - Identificação da entidade:

1.1 - Designação da entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MANTEIGAS

1.2 - Sede: Rua Mestre Alfredo e Rua do Infantário – 6260 – 106 Manteigas

1.3 - Natureza da atividade: Lar, centro de dia, apoio domiciliário e residência de pessoas idosas e UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

1.4 – CAE (código e designação): 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

- CAE: (Código e designação): 87100 – Estabelecimento de cuidados continuados integrados, com alojamento.

- CAE: (Código e designação): 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento; e

- CAE: (Código e designação): 68200 – Arrendamento de bens imobiliários.

1.5 – Designação e sede da entidade mãe intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras; não aplicável.

1.6 – Caso tenha sido alterada a data de balanço.

Mantem-se o critério do ano civil coincidir com o exercício económico.

1.7 – Número médio de empregados durante o ano: 69

1.8 – A Irmandade da Misericórdia foi fundada no ano de 1618, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

2 - Referencial contabilístico

2.1 – O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras, para o exercício de 2018, foi o instituído pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março;

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Com a aplicação da Norma, não implicou que, no exercício da sua implementação, tivesse de haver derrogações e que, por essa via, fosse posta em causa a imagem verdadeira e apropriada dos ativos, dos passivos e dos resultados da Santa casa da Misericórdia de Manteigas.

2.3 – Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não aplicável, porquanto todas as rubricas são comparáveis.

2.3.1 – Balanço:

Analisado o mapa de balanço, verifica-se que, no seu conjunto, os valores de ativo não corrente evidenciam variação negativa de € 109.806,15 que resulta essencialmente da oscilação de ativos fixos tangíveis – acréscimos e depreciações.

Por sua vez, o ativo corrente, no conjunto das duas grandes valências, apresenta um acréscimo de € 106.410,49.

Globalmente, o total de ativos manifesta, no final de 2019, uma diferença negativa de € 3.395,65.

Já no que respeita à totalidade dos fundos patrimoniais, há uma variação negativa de € 6.772,18, justificada por:

1 – Aumento de resultados transitados (resultado de 2018 + outros)	€ 3.908,35(+)
2 – Variação positiva em outras variações patrimoniais.....	€ 14.920,06(-)
3 – Variação positiva do resultado líquido	€ 4.239,53(+)

O passivo não corrente, em termos globais, regista um decréscimo de € 25.527,36, cuja origem assenta na redução das responsabilidades assumidas pela Instituição de médio e longo prazos, nomeadamente com empréstimos obtidos.

Entretanto, o passivo corrente apresenta um aumento de € 8.297,52, resultante da variação positiva ou negativa das várias rubricas, mas que, pelo facto de se tratar de valor irrelevante, nos parece dispensável esmiuçar.

Analisando assim o Balanço, apraz-nos registar o seguinte:

O grau de autonomia financeira que se obtém, neste final de exercício, é de: 73.27% , sendo de 73,42%, no exercício anterior.

O cash-flow, em 31-12-2019, é de: € 189.373,26
em 31-12-2018, foi de € 200.529,97

Embora os resultados não nos permitam criar almofadas financeiras, continuamos porém empenhados em manter os mesmos propósitos dos anos anteriores, ou seja, a manutenção de critérios de pontualidade, que nos permitam manter o prazo médio de pagamento a fornecedores. Desta forma, pretende a Mesa Administrativa beneficiar de descontos de pronto pagamento no encurtamento de prazos, mas nunca descurando, como é evidente, a boa qualidade dos produtos.

Assim, em 2019 o prazo médio de pagamento fixa-se em 0,718/mês, isto é, estamos a pagar a uma média de 21,54 dias após contabilização das respetivas faturas.

A rotatividade dos stocks fixa-se em 2,55 mês, o que nos permite manter os produtos perfeitamente frescos, como aliás não pode deixar de ser.

Em termos de fundo-maneio, temos: (AC-PC) = 726.189,21 – 467.417,93 = **258.771,28 €**

A capacidade de individualamento (Pt/CpP) utilizada, fixa-se em 36,46%

V.A.B. = € 1.056.847,80



2.3.2. – Demonstração dos resultados por natureza:

Como já foi referido anteriormente, com a entrada em funcionamento da UCCI, e porque esta tem vindo a registar taxas médias de ocupação satisfatória, foi fator suficiente para que, de forma relevante, os resultados não só da Unidade, mas da Instituição no seu todo, mantivessem uma performance positiva, o que aqui nos apraz registar.

As prestações de serviço atingiram em 2019, € 1.143.992,36, contra € 1.115.517,30 em 2018.

Os subsídios à exploração – para ERPI, Centro Dia e Apoio Domiciliário –, pelo equilíbrio na ocupação destas respostas sociais mantido durante o ano, por um lado, e as verbas atribuídas pelos órgãos autárquicos, por outro, contribuíram para que, em termos globais, esta rubrica registre um aumento, de € 15.934,79.

Nos outros rendimentos e ganhos, registamos uma redução de € 55.604,25. Trata-se de uma rubrica de carácter residual e pode, por este efeito, registar oscilações desta dimensão, e que raramente podem ser comparáveis com situações anteriores.

Nas rubricas de Gastos e Perdas, registamos:

Rubrica de gastos	2019	2018	Diferença	%
Custos dos consumos	330.710,68	318.697,74	+ 12.012,94	+3,77%
Fornec. Serviços Externos	202.784,42	218.607,56	- 15.823,14	-7,23%
Gastos com o pessoal	876.236,66	867.281,82	+ 8.954,84	+1,03%
Depreciações e amortizações	171.424,74	176.820,98	- 5.396,24	-3,05%
Outros gastos e perdas	4.243,38	3.663,68	+ 579,70	+15,82%
Gastos de financiamento	7.946,19	12.369,98	- 4.423,79	-35,76%
Provisões do exercício	10.000,00	0,00	+ 10.000,00	+ 100,00%
Totais	1.603.346,07	1.597.441,76	+5.904,31	+0,37%

- *Comentando:*

1 – Custo dos consumos: O ligeiro aumento das taxas de ocupação, quer nas valências do Lar e ERPI, quer na UCCI, a par de uma ligeira subida de preços dos produtos, determinou que o valor dos consumos em 2019 se tenha agravado em cerca de 3,77%, conforme quadro acima.

2 – Fornecimentos e serviços externos: contrariamente à situação anterior, esta rubrica regista um decréscimo de 7,23%, equivalente a € 15.823,14. Tratando-se de rubrica de gastos das mais diversificadas - trabalhos especializados, combustíveis, electricidade, e outros – fica, por essa via, exposta a oscilações, quer positivas, quer negativas, desta dimensão. Concretamente, a conta de serviços especializados, em 2019, regista uma redução de € 13.798,29.

3 – Gastos com o Pessoal – Regista um agravamento de 1,03% = (8.954,84€) que se deve a alguns reajustamentos, tendo em conta que a média de trabalhadores se manteve no final dos anos em comparação.

4 - Gastos de Depreciação e Amortização: regista um desagravamento de 3,05%, que se deve apenas à atualização de taxas de depreciação e/ou diminuição de ativos sujeitos e depreciação.

5 – Outros Gastos e Perdas: globalmente, regista um acréscimo de 15,82%, e que em valor se cifra em (+) € 579,70.

6 – Gastos e Perdas de Financiamento: Indiscutivelmente, o recurso ao financiamento do FRSS produziu impacto extremamente positivo, dadas as características que o mesmo encerra. No exercício de 2019, e em termos globais, regista-se uma redução relativamente ao ano anterior de 35,76%. Também não pode ser descurada a situação de auto financiamento que a Instituição vai gerando em sentido positivo.

3 – Principais Políticas Contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A partir de 2012, a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas adotou, já, o novo sistema contabilístico, concebido para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), como aliás é imposto a todas a IPSS.

Referimos que, com base no preceituado no Decreto Lei n.º 98/2015, readaptamos a configuração das duas peças contabilísticas de maior ênfase, que são a demonstração dos resultados por natureza e o Balanço.

Continuamos a dar relevo aos princípios contabilísticos que a Norma em si encerra, ou seja:

- Compreensibilidade
- Relevância
- Materialidade
- Fiabilidade
- Representação fidedigna
- Substância sobre a forma
- Neutralidade
- Prudência
- Plenitude
- Comparabilidade

A Santa Casa da Misericórdia de Manteigas elaborou as suas demonstrações financeiras de acordo com o princípio do custo histórico.

3.2 – Outras políticas Contabilísticas.

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço será efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente, da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, se for caso disso e sempre que possa ser medida de forma fiável.

3.2.1 - Outras políticas contabilísticas;

Nomenclatura	Inicial	Subsequente
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	<i>Custo de aquisição e outros encargos</i>	<i>Custo deduzido de depreciações</i>
<i>Ativos fixos intangíveis</i>	<i>Custo de aquisição e outros encargos</i>	<i>Custo deduzido de depreciações</i>
<i>Custos de empréstimos obtidos</i>	<i>Gastos no período em que incorrem</i>	<i>Mantém</i>
<i>Inventários</i>	<i>Custo de aquisição e/ou fabricação</i>	<i>Mantém</i>
<i>Rédito</i>	<i>Quantia da prestação acordada</i>	<i>Mantém</i>
<i>Provisões</i>	<i>Não aplicável</i>	<i>Mantém</i>
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	<i>Quantia que se espera seja paga</i>	<i>Utilizando as taxas em vigor</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>	<i>O valor de ativos de contas a</i>	<i>Mantém</i>
	<i>Receber, sujeito a correções imparidade</i>	

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a Santa Casa da Misericórdias de Manteigas intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza, materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

Esta situação manter-se-á, mesmo que venha a ser aprovado o projecto de investimento para a requalificação do Lar e outras valências, porque está quantificado o seu impacto.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

- a) A natureza da alteração da política contabilística;

Não temos registo de alteração significativa da política contabilística seguida pela Instituição.

- b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos.

Não temos registos a mencionar relativamente a correções relativas a exercícios anteriores.

- c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável;

Não aplicável

- d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária;

Não aplicável.

5 – Ativos Fixos Tangíveis:

5.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

- a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
5.1.1 – Manteve-se o princípio do custo histórico;
- b) Os métodos de depreciação usados:
5.1.2 – As taxas de depreciação para as várias classes de ativos, previstas no Decreto Regulamentar n.º. 25/2009.
- c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.

Ativos fixos tangíveis	Número de anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20 a 40 anos
Equipamento básico	8 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	8 a 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	8 a 16 anos

5.1.3 – Poderá, em casos residuais, haver ativos que possam vir, no futuro, a ser depreciados por taxas diferentes das previstas no Diploma atrás referido, devido ao período de vida útil que lhes vier a ser atribuído, conforme ponto 7.20 da Norma. Não vemos, para já, que se uma situação destas se venha a colocar, possam daí advir diferenças significativas.

- e) Bens do Ativo doados:
Existem, como é sabido, alguns bens, nomeadamente imóveis, objeto de doação em períodos anteriores, os quais estão refletidos contabilisticamente no balanço da Instituição

Mapa de Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Regularizações	Aumentos	Alienações	Saldo final
Investimentos em curso					
Ativos fixos tangíveis em curso					
Ativos Fixos Tangíveis					
Equipamento histórico e cultural	185.645,07				185.645,07
Terrenos e recursos naturais	50.982,52				50.982,52
Edifícios e outras construções	2.762.224,55				2.762.224,55
Equipamento básico	356.110,60		18.063,77		374.174,37
Equipamento de transporte	62.512,30				62.512,30
Equipamento administrativo	301.048,72		2.972,05		304.020,77
Outros ativos fixos:					
Climatização	30.649,14				30.649,14
	3.749.172,90		21.035,82		3.770.208,72
Ativos tangíveis por doação					
Edifícios e outras construções	274.534,00				274.534,00
	274.534,00				274.534,00
Total Geral de ativos tangíveis	4.023.706,90		21.035,82		4.044.742,72

Mapa das Depreciações e amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Regularizações	Aumentos	Alienações	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Equipamento histórico e cultural	32.899,14	-32.899,14			0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1.053.186,26	-7.361,27	114.377,70		1.160.202,69
Equipamento básico	256.818,58		40.671,14		297.489,72
Equipamento de transporte	44.741,42		2.318,13		47.059,55
Equipamento administrativo	304.220,13	-199,36			304.020,77
Outros ativos fixos:					
Climatização	30.649,14				30.649,14
Total sobre ativos tangíveis	1.722.514,67	-40.459,77	157.366,97		1.839.421,87

5.2 – As demonstrações financeiras devem também divulgar:

- a) As existências e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Referimos que, em tempo, por não ter acompanhado as condições da concorrência, transferimos para a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo – Seia/Manteigas – a conta corrente de financiamento ao investimento, sendo que, no final de 2019, ascendia a € 234.663,65.

Mantem-se afeto o artigo matricial n.º. 1280, dado como garantia à CCAM, pelo financiamento obtido para dar cumprimento responsabilidades assumidas na Unidade de Cuidados Continuados.

5.3 – Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- a) A data de eficácia da revalorização;
b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Nada a referir.

6 – Activos Intangíveis:

6.1 – Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;
b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas.
c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e no fim do período;
d) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações;

Ativos intangíveis	Valor bruto	Amortiz acumulad	Imparidades acuml.	Valor das reduções	Valor líquido
Projetos requalificação Lar	56.231,09	27.001,02	0,00	0,00	29.230,07
Totais dos intangíveis	56.231,09	27.001,02	0,00	0,00	29.230,07

7 – Locações:

7.1 – Para locações financeiras, os locatários devem divulgar para cada categoria de ativo, a quantia escriturada líquida à data do balanço:

7.2 – Para locações financeiras e operacionais, os locatários devem divulgar uma descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo, pelo menos, o seguinte:

- i) A base pela qual é determinada a renda contingente a pagar;
- ii) A existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de esclarecimento; e
- iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos , dívida adicional, e posterior locação

À data do encerramento do balanço, todas as contas de leasing estão totalmente regularizadas.

8 – Custos de Empréstimos Obtidos:

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

O gastos de financiamento com empréstimos bancários ascendeu, em 2019, a € 7.639,29.

b) A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período; e

c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

Não aplicável;

A política contabilística, dos empréstimos destinados ao investimento, é a que prudentemente se aconselha, quando os valores em causa atingem determinado patamar.

Assim, a Mesa Administrativa, aquando da programação dos investimentos, entendeu que, por uma questão de transparência e tendo sempre como prioridade o princípio da prudência, os valores dos custos dos empréstimos e de outros encargos incorridos no processo de arranque e até à fase do início da sua utilização, devem onerar os ativos a que os mesmos são destinados.

No exercício em apreciação, contudo, não se registam investimentos que impliquem a aplicação deste princípio.

Empréstimos	Valor do Empréstimo à data de 31.12.2019	Juros suportados em 2019
-------------	---	-----------------------------

CCAM	234.663,65	7.946,19
IFRSS	90.000,00	0,00

9 - Inventários:

9.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

1. adotou-se no exercício de 2019, o método de inventário permanente.

2. A fórmula de custeio, no momento, é o “Preço Médio Ponderado”.

b) A quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificação apropriadas para a entidade:

1. Quantia total escriturada: € 70.344,36

2. Por classificação apropriada para a entidade:

Alínea	Descrição dos bens	Lar/ Centro Dia	UCCI
		Valores €	Valores €
i)	Géneros alimentares	11.301,88	
li	Gás a granel	8.353,64	
iii)	Produtos de limpeza	11.849,80	5.110,17
iv)	Artigos de higiene e conforto	1.977,32	2.287,14
v)	Materiais de conservação e reparação	268,84	
vi)	Produtos de saúde dos utentes	0,00	7.153,74
vii)	material de escritório	1.317,28	
viii)	Rouparia	12.777,31	
ix)	Louças diversas	1.930,32	
x)	Medicamentos de Farmácia		6.016,92
xi)	Oxigénio medicinal		0,00
xii)	Ar medicinal		0,00
	Sub – total >	49.776,39	20.567,97
	Total geral dos inventários	70.344,36	

c) A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos custo de vender:

1. Não se aplica.

d) A quantia de inventários escriturada pelo custo corrente.

1. Não se aplica.

e) A quantia de inventários reconhecida com um gasto durante o período:

1. O gasto anual dos bens inventariáveis, foi o seguinte:

Conta	Descrição dos bens	Lar/ Centro Dia	UCCI
		Valores	Valores
2019			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	162.909,98	167.800,70
	Total da instituição	330.710,68	

10 – Rédito:

10.1 – Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

1. As políticas adotadas em 2019 foram as mesmas que, desde há muito, se aplicam na Santa casa da Misericórdia de Manteigas, com a especificidade que caracteriza este tipo de entidade.

b) A quantia de cada categoria significativa do rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Conta	Descrição	Lar/ Centro Dia	UCCI
		Valores	Valores
i)	Prestação de serviços		
	Lar	239.637,10	
	Centro de Dia	23.716,97	
	Apoio Domiciliário	54.429,91	
	Residência para Idosos	130.883,66	
	Cantinas Sociais	2.296,00	
	Quotizações	5.775,00	
	Serviços secundários	1.059,05	
	UCCI		
	Camas protocoladas		
	Comparticipação institucional		495.139,04
	Comparticipação dos utentes		191.055,63
		457.797,69	686.194,67
	Total da instituição	1.143.992,36 €	

	Outros	2019	2018
ii)	Juros e rendimentos similares	8.759,79	1.019,40
		8.759,79	1.019,40
	Total da instituição - 2019 -	8.759,79	

11 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

11.1 – Para cada classe de provisão, uma entidade deve divulgar:

- a) A quantia escriturada no começo e no fim do período;
- b) As provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- c) As quantias usadas (isto é, incorridas e debitadas à provisão) durante o período;
- d) Quantias não usadas revertidas durante o período;
- e) O aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto;
- f) A quantia de qualquer reembolso esperado, declarando a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado;
- g) posição dos diferimentos no final de 2019:

- Apoio à aquisição de camas hospitalares para a UCCI
 cujo montante será, anualmente, na proporção das depreciações
 Realizadas, repostado em resultados € 62.789,04
 Reposto até à data de 31.12.2019 € 36.833,22

12 – Subsídios e outros apoios:

12.1 – Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

- a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;
 - i) A política contabilística adotada até ao exercício de 2019, é a do reconhecimento de valores na data do seu efetivo recebimento;
 - ii) O método de apresentação, reflete-se no quadro que abaixo se divulga.
- b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;
 - i) como se evidencia no quadro abaixo, temos dois tipos de subsídios: ao Investimento, nomeadamente às obras e equipamentos da Unidade de Cuidados Continuados Integrados e à Exploração, ou seja os que vêm atenuar os gastos de exploração de carácter puramente social.
- c) Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.
 - i) Não se tem conhecimento de elementos que mereçam ser aqui evidenciados.

DESCRIÇÃO		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores (saldo2019)	Valor imputado Ao Período – à exploração	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao Período
1	Subsídios relacionados com	507.274,71	353.268,37	5.702,01	5.702,01
	Ativos /ao investimento	(**)			
1.1	UCCI				
1.11	ARS do Centro	422.593,40			
	Outros – Mases				
1.12	Município de Manteigas	11.172,71			
1.13	CDSS da Guarda – Mases	25.797,10			
1.14	DGAL – Igreja Misericórdia	47.711,50			
2	Subsídios relacionados com rendi-				
	mentos / à exploração				
2.1	do Centro R S Social –Guarda				
2.11	Para o Lar		245.714,58		
2.12	Para Centro de Dia		11.242,55		
2.13	Apoio domiciliário		73.608,99		
2.14	Município Manteigas / anual e outros		19.100,00		
2.15	Freguesia de Santa Maria		1.500,00		
2.16	Reembolso do IEFP		2.102,25		
2.17	Para o Lar, C. Dia e Residência Idosos				
2.18	Donativos			5.702,01	5.702,01
		507.274,71	353.268,37	5.702,01	5.702,01

(**) Subsídios ao investimento recebido no período em que o mesmo se realizou.

Este tipo de subsídio (ao investimento) é repostos em resultados à medida que os bens são depreciados, sendo este o saldo líquido que se apresenta no final de cada exercício.

13 – Efeitos de alterações em taxas de Câmbio:

13.1 – Uma entidade deve divulgar quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados.

Nota:

Nada a divulgar, porque não se efetuaram relações com o exterior que pudessem provocar oscilações cambiais.



14 – Imposto sobre o rendimento:

14.1 – Devem ser divulgados separadamente:

Nota:

- Não temos de reconhecer qualquer valor nesta nota, tendo em conta a isenção de que beneficia a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 10º do CIRC.
- Despacho do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 89.05.23, publicado no Diário da República n.º 152, de 5 de julho de 1989, em que se isenta a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, nas seguintes categorias de rendimentos:

Categoria C – rendimentos diretamente derivados das atividades desenvolvidas no âmbito dos fins estatutários;

Categoria E – Rendimentos de capitais, com exceção de títulos ao portador;

Categoria F – Rendimentos prediais;

Categoria G – ganhos em mais – valias.

Também não se incorreu em gastos sujeitos a tributação autónoma, no exercício de 2019.

15 – Instrumentos Financeiros:

15.1 – Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Nota:

Designaremos ativos e passivos financeiros aqueles que decorrem de relacionamentos contratuais de prestações de serviços e de outros direitos e obrigações relacionados com a atividade económica da entidade, com exceção dos direitos e obrigações de natureza fiscal e parafiscal, que a nós não se aplica.

Tais ativos e passivos financeiros são designados:

- Clientes;
- Fornecedores;
- Financiamentos concedidos e obtidos
- Participações de capital
- Locações
- Outras contas a receber e a pagar relacionadas com a atividade corrente, de financiamento e de investimento.

Uma entidade deve mensurar os ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Os ativos financeiros relativos a contas a receber e a participações de capital são mensurados ao custo sujeito a correções subsequentes derivadas de eventuais perdas por imparidade. Contrariamente à NCRF-ESNL não prevê a mensuração ao justo valor por contrapartida de resultados para os ativos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

Divulgamos o seguinte quadro de ativos e passivos financeiros:



Ativos:

	Nomenclatura / ativos	Valor em balanço
1	Clientes – utentes	147.640,07
2	Outras contas a receber	95.002,87
3	Caixa e depósitos bancários	412.453,30
4	Estado e outros entes públicos	748,61
	Total de ativos financeiros	655.844,85

Passivos:

	Nomenclatura / passivos	Valor em balanço
1	Fornecedores	38.373,92
2	Financiamentos obtidos	359.395,45
3	Outros passivos correntes	240.840,75
4	Adiantamento utentes – outros passivos	29.355,17
5	Diferimentos	62.789,04
6	Estado e outros entes públicos	51.059,05
	Total de passivos financeiros	781.813,38

15.2 – Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, a entidade deve divulgar a respetiva cotação de mercado.

Não se aplica.

15.3 – Se uma entidade tiver transferido ativos financeiros para uma outra entidade numa transação que não se qualifique para desreconhecimento, a entidade deve divulgar, para cada classe de tais ativos financeiros:

Não se aplica.

15.4 – Quando uma entidade tenha dado em garantia, penhor ou promessa de penhor ativos financeiros, deverá divulgar.

Não foi feito nenhum penhor com as características aqui ventiladas.

15.5 – Para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço, uma entidade deve divulgar as situações de incumprimento.

Nada a referir.

16 - Benefícios dos Empregados:

16.1 – As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.

16.2 – O número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Efetivos:

Empregados / dirigentes	EFECTIVOS (média anual)		
	Empregados Remunerados	Dirigentes voluntariado	Total de Efectivos
Empregados nas respostas sociais	69		69
Mesa da Assembleia Geral		3	3
Conselho Fiscal		3	3
Mesa Administrativa		7	7
Totais	69	13	82

17 – Informações Exigidas por Outros Diplomas Legais:

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto – Lei n.º 534/80, de 7 de novembro;

Como também, dando cumprimento ao Decreto – Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, se informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legais.

18 – Outras informações.

É nossa convicção que, em termos gerais, nada de relevante e que pudesse por em causa uma análise abrangente das contas de 2019 terá deixado de ser relatado neste Anexo; contudo, mesmo que algo tenha sido involuntariamente omitido, não desvirtuará certamente os objetivos do mesmo, que são, fundamentalmente, os de proporcionar aos utilizadores destas contas um relato verdadeiro e apropriado da situação patrimonial da entidade que promove a sua divulgação.

Para uma mais completa análise da evolução dos gastos e dos rendimentos, a seguir desenvolvemos notas e quadros explicativos sobre contas da Demonstração dos Resultados e do Balanço:

18.1 - Demonstração dos resultados por natureza:

Notas:

- 1.1 – A taxa de ocupação, em termos médios, desceu ligeiramente, passando de 98,43% em 2018, para 97,98% em 2019. Apesar disso, o valor da facturação subiu ligeiramente, de € 28.475,06, resultante de ajustamentos pontuais.

1.2 Vendas e prestação de serviços

Contas	Proveniência	2019		2018		Variação
		Lar	UCCI	Lar	UCCI	
72	Lar, Centro de Dia, e outros	457.797,69		450.905,51		+ 6.892,18
72	Unidade de Cuidados Continuados		686.194,67		664.611,79	+ 21.582,88
72	Totais >>>>	457.797,69	686.194,67	450.905,51	664.611,79	
		1.143.992,36		1.115.517,30		+ 28.475,06

Nota:

Confirmando terem-se mantido as taxas de ocupação nas valências do Lar e RPI, o ligeiro aumento dos valores facturados deve-se, como já foi referido, a reajustamentos de mensalidades pontuais.

Já no que se refere à UCCI, sendo a diferença positiva de € 21.582,88, esta deve-se ao reajustamento de taxas de participação.

Os subsídios à exploração registam um acréscimo de: € 15.934,79.

2. Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:

Contas	Proveniência	2019		2018		Variação
		Lar	UCCI	Lar	UCCI	
61	Lar, Centro de Dia, e outros	162.909,98		145.342,55		+ 17.567,43
61	Unidade de Cuidados Continuados		167.800,70		173.355,19	- 5.554,49
61	Totais >>>	162.909,98	167.800,70	145.342,55	173.355,19	+ 12.012,94
		330.710,68		318.697,74		+ 12.012,94

Nota:

Relativamente ao Lar e restantes valências a ele funcionalmente indexadas, o valor dos consumos aumentou de € 17.567,43, não porque tenha havido qualquer alteração de qualidade e/ou quantidade. Deve-se essencialmente a gastos que, durante o ano, sofreram aumentos, como seja o caso dos combustíveis (gás).

Assim não sucede na UCCI, em que os custos dos consumos decresceram em € 5.554,49.



3. Os fornecimentos e serviços externos

Contas	Proveniência	2019		2018		Variação
		Lar	UCCI	Lar	UCCI	
62	Lar, Centro de Dia, e outros	113.611,94		134.052,59		-20.440,65
62	Unidade de Cuidados Continuados		89.172,48		84.554,97	+ 4.617,51
	Totais >>	113.611,94	89.172,48	134.052,59	84.554,97	
		202.784,42		218.607,56		- 15.823,14

Nota:

Esta conta congrega gastos relacionados com: trabalhos especializados, conservação e reparação, materiais diversos de expediente e escritório, energia elétrica, combustíveis, água, comunicação, seguros, Limpeza, higiene e conforto e outros.

Pelo quadro, constatamos haver um decréscimo significativo na resposta social do Lar e anexos. Esta redução em relação a 2018, prende-se com gastos de trabalhos especializados com projectos de obras, relacionados com a requalificação do Lar, de entre outros.

Não sucede, assim, na UCCI onde se regista um ligeiro agravamento de € 4.617,51.

4. Gastos com o Pessoal

Contas	Proveniência	2019		2018		Variação
		Lar	UCCI	Lar	UCCI	
63	Lar, Centro de Dia, e outros	470.743,35		483.554,00		-12.810,65
63	UCCI		405.493,31		383.727,82	+21.765,49
	Totais >>>>	470.743,35	405.493,31	483.554,00	383.727,82	+8.954,84
		876.236,66		867.281,82		

Nota:

Os gastos com o Pessoal, globalmente, apresentam um acréscimo de € 8.954,84 = + 1,03%.

Relativamente a este aumento já foi dada a explicação no quadro global de gastos.

5. Outras Imparidades e Provisões:

- a) No exercício de 2019, foi constituída a seguinte provisão:
1. Para processos judiciais € 10.000,00.

6. Outros Rendimentos e Ganhos:

Contas	Proveniência	2019	2018	Variação
		Lar/UCCI	Lar/UCCI	
78	Outros Rendimentos e ganhos:			
	Rendimentos suplementares			
	Serviços sociais	15.085,74	15.212,20	-126,46
	Aluguer de equipamento	1.100,00	1.000,00	+100,00
	Utilização de provisão para requal. obras		0,00	
	Ganhos em inventários	9.364,49	0,00	+9.364,49
	Descontos pp obtidos	1.320,93	1.422,77	-101,84
	Alienações de imóveis	1.000,00	79.798,02	-78.798,02
	Correções relativas a exerc anteriores			
	Diversos	4.441,83	6.358,64	-1.916,81
	Regularização de saldos credores			
	Subsídios ao investimento	64.861,24	49.311,12	+15.550,12
	Restituição de imposto – Iva	160,63		+160,63
	Restituição reserva assessoria			
	Rendas	2.237,20	2.073,56	+163,64
	Totais	99.572,06	155.176,31	-55.604,25

Nota: globalmente há uma redução de € 55.604,25, influenciada, como se pode constatar, pela significativa redução nas alienações de imóveis.

7. Outros Gastos e Perdas:

Contas	Proveniência	2019	2018	Variação
		Lar	Lar	
68	Outros Gastos e Perdas			
	Taxas	1.367,46	1.183,68	+183,78
	Alienações			
	Anulação			
	Correções relativas a exerc anteriores			
	Outros Gastos e Perdas	2.875,92	2.480,00	+395,92
	Totais >>	4.243,38	3.663,68	+579,70



8. Depreciações e amortizações do exercício:

Contas	Proveniência	2019		2018		Variação
		Lar	UCCI	Lar	UCCI	
64	Lar, Centro de Dia, e outros	64.213,21		68.965,78		-4.752,57
64	Unidade de Cuidados Continuados		107.211,53		107.855,20	-643,67
	Totais >>>	64.213,21	107.211,53	68.965,78	107.855,20	-5.396,24
		171.424,74		176.820,98		-5.396,24

Nota:

As taxas utilizadas na depreciação dos equipamentos são as que o Decreto Regulamentar nº. 25/2009 prevê, **de forma constante**.

Relativamente aos bens do ativo tangível do Lar e suas valências, a diferença de € 4.752,57 para menos, deve-se a que, em face do seu estado de uso, grande parte desses bens já se encontram totalmente depreciados.

Na UCCI, a diferença igualmente para menos, é de € 643,67, exactamente pelas mesmas causas.

De qualquer forma, não podemos deixar de assinalar que, os resultados de exploração, têm podido suportar este tipo de gasto e, não representando qualquer ex-fluxo financeiro, vai permitindo a criação de reservas destinadas precisamente à substituição dos equipamentos que vão ficando obsoletos.

9. Juros e rendimentos similares:

Dado que nos foi possível manter um nível de saldos superior nas contas bancárias, isso veio traduzir-se num ganho financeiro no exercício de 2019, ao obterem-se juros no valor de € 8.759,79.

10. Juros e gastos similares:

A redução dos saldos das contas de financiamento em 2019, permitiram que os encargos financeiros também se reduzissem, como não podia deixar de ser:

Assim:

A Instituição suportou juros e encargos em 2019, de: € 7.946,19
 Juros e encargos suportados no exercício de 2018, de: € 12.369,98

11. – Resultados Líquidos Obtidos:

Não são aqueles que gostaríamos de obter. Mas, como já foi referido em anos anteriores, estamos cientes de que o nosso principal objetivo não é que os resultados finais se traduzam em grandes valores, porque, isso, poderia querer dizer que estamos mais vocacionados para o "lucro", em detrimento das acções sociais que nos compete desempenhar bem.

Assim:

Resultado das Valências do Lar	+ 6.796,95 €
Resultado da UCCI	+ 1.151,57 €
Resultado consolidado (positivo)	+ 7.948,52 €

12. Subsídios, doações e legados à exploração
 a. 330.566,12 + 28.404,26 = 358.970,38€

EBITDA / CASH – FLOW	2019	
	LAR	UCCI
Resultados líquidos	6.796,95	1.151,57
Depreciações e amortizações	64.213,21	107.211,53
Provisões específicas – obras	6.000,00	4.000,00
Juros e gastos similares	3.973,00	3.973,19
EBITDA ou CASH-FLOW	80.983,16	116.336,29
Ebitda ou Cash-Flow consolidado	197.319,45	

Manteigas, 31 de Dezembro de 2019.

A Mesa Administrativa

 Joaquim Quaresma Domingos

 António Direito Craveiro

 Agostinho Estrela Ganilha

 António Lívio Martins Roque

 Dora Maria Tomás Leitão Gomes Lucas Coelho

 João Gabriel Craveiro Leitão

 José Martins Tacanho

O Contabilista Certificado

 António Craveiro Lopes

115189025
 1801